



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001873-42.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Cibele C.s.santos**  
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas. Embora normalmente ações desta natureza exijam dilação probatória para a apuração do responsável pelo acidente de trânsito, no caso em tela o panorama probatório, excepcionalmente, torna-a dispensável. Isto porque, em primeiro lugar, a dinâmica dos fatos é incontroversa. Em segundo lugar, o servidor que estava na condução da viatura pública, única pessoa arrolada em contestação (pág. 101), já prestou declaração escrita no processo administrativo, pág. 42, a esse propósito. E, por fim, no que toca à extensão dos danos, a prova documental é suficiente.

Com efeito, sustenta a autora que os dois veículos estavam estacionados na via pública, o da Prefeitura Municipal em frente ao da autora. Num dado momento, o condutor do veículo da frente empreendeu marcha-a-ré e simplesmente colidiu contra a frente do automóvel da autora.

Referida dinâmica é singela e, caso confirmada, não deixa qualquer dúvida no sentido de que o responsável pela causação do dano foi o agente público condutor da viatura, hipótese em que a responsabilidade do ente público decorre do disposto no art. 37, § 6º da Constituição Federal.

E de fato referida dinâmica, além de incontroversa (não impugnada em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contestação), resta comprovada documentalmente, porquanto o condutor da viatura municipal, instado a apresentar sua narrativa no processo administrativo (pág. 41), confirmou a dinâmica relatada pela autora (pág. 42).

Quanto à extensão dos danos, a autora apresentou três orçamentos pelos serviços relativos às avarias causadas no para-choque, quais sejam, os de págs. 30 (R\$ 580,00), 31 (R\$ 560,00), 32 (R\$ 1.263,00), e recibo indicando que desembolsou, com o conserto, R\$ 600,00 (págs. 40 e 48).

Trata-se de prova documental robusta, compatível com avaria (para-choque dianteiro) com a dinâmica do acidente (marcha-à-ré contra a frente do veículo da autora) e com o conserto realizado (serviços indicados nos orçamentos e recibo, decorrentes da restauração do para-choque dianteiro), devendo ser admitido, pois, o valor postulado pela autora, pois corresponde ao prejuízo material experimentado – montante que desembolsou com o conserto.

Acrescente-se que em data posterior ao conserto o automóvel da autora envolveu-se em acidente sério, inviabilizando qualquer vistoria ou perícia ulterior. Págs. 57/61, 72/74.

Julgo procedente a ação e condeno o Município de São Carlos a pagar a Cibele Cristina Santiciolli dos Santos a quantia de R\$ 600,00, com atualização monetária desde a propositura da ação, e juros moratórios desde a data do acidente.

Alterando entendimento pessoal, afasto a Tabela Modulada e determino a aplicação, como índice de atualização monetária, do IPCA-E, para todo o período de incidência. Isto porque a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870.947, Tema 810, está produzindo efeitos, independentemente de não ter transitado em julgado. Em primeiro lugar, porque o art. 1.040 do CPC, para a deflagração dos efeitos dos recursos repetitivos e com repercussão geral, exige apenas a publicação do acórdão paradigma, e nada mais. Em segundo lugar, porque essa tem sido a sinalização do próprio STF em decisões monocráticas: Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli. Em terceiro lugar, cabe dizer que, em nova reflexão, não cabe aqui a aplicação analógica do que foi deliberado pelo STF nas ADIs 4357 e 4425. A analogia é inadequada ao caso porque há uma razão prática muito concreta para a modulação que lá se efetivou, qual seja: se não houvesse a modulação temporal as presidências de todos os TJs, TRFs e TRTs do país teriam de refazer os seus cálculos administrativos dos montantes devidos, retroativamente, o que daria ensejo a uma desorganização geral nos precatórios. Essa razão prática, porém, não se verifica no presente caso de simples condenações sem precatório expedido. Ressalva-se por fim, apenas, eventual alteração promovida pelo próprio STF futuramente, por exemplo em julgamento de embargos declaratórios ou em modulação dos efeitos, o que deverá ser respeitado, vez que se trata de matéria de ordem pública.

Os juros moratórios, por sua vez, observarão o disposto na Lei nº 11.960/09, correspondendo à remuneração adicional aplicada às cadernetas de poupança.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 02 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**